Revista Temas & Matizes
Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE ISSN: 1981-4682

AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA APRENDIZAGEM NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISES CRÍTICAS DAS ORIENTAÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Dra. Simone Sandri 0000-0002-4602-3027
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo 0000-0001-8875-7099
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Dra. Giselle Cristina Martins Real 0009-0009-2649-2828
Universidade Federal de Grande Dourados
Dr. Henry Alarcón Diaz 0000-0003-1588-4390
Universidad Nacional de Educación Enrique Guzmán y Valle

O ano de 2025 demarca os 45 anos das primeiras experiências de aplicação de testes padronizados em larga escala, em países da América Latina. Desde os anos de 1980, portanto, os países latino-americanos desenvolvem aprimoramentos e ampliações nos seus sistemas de avaliação. Com base nesse contexto e no acúmulo histórico do processo de avaliação em larga escala, o Dossiê “Avaliação e qualidade da aprendizagem na América Latina: análises críticas das orientações dos organismos internacionais”, tem a finalidade de atualizar o debate sobre relação entre avaliação e qualidade da aprendizagem a partir das orientações dos organismos internacionais para países da América Latina. Para tanto, apresenta artigos que discutem diversas dimensões relacionadas com a temática. São eles:

O ensaio “**A estratégia nacional de educação financeira na perspectiva do ciclo de políticas**” **Queila Franciéle Fabris Bosio, Sueli Ribeiro Comar e Edilson Pontarolo**, analisam a Estratégia Nacional de Educação Financeira, tendo como parâmetro o Ciclo de Políticas, por meio de cinco contextos para análise: de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados/efeitos e da estratégia política. O resultado do estudo demonstrou a relação entre os referidos ciclos e a Estratégia Nacional de Educação Financeira, assim como identificou a constituição de uma política pública que reafirma os interesses do mercado financeiro, com inserção contexto escolar, ponderando a reduzida abrangência e representatividade nos primeiros dez anos desde a sua criação.

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.36725

 ISSN: 1981-4682

O texto de **Renato Souza Dellova e Marcia Aparecida Amador Mascia**, intitulado "**A agenda 2030 e a qualidade da educação: nova forma de governabilidade?**", com base nos estudos de Michel Foucault, problematiza o discurso dos organismos internacionais a partir da Agenda 2030 em Educação, especialmente sobre o conceito de governamentalidade, visando a identificação da concepção de educação e os efeitos do sentido da qualidade em educação. Ponderam, que parece que a qualidade da educação na Agenda 2030 pode ser interpretada como uma forma de governamentalidade, onde as políticas educacionais são empregadas para moldar comportamentos e expectativas em relação à cidadania e ao desenvolvimento social. A Agenda 2030, sustentadas em Foucault (2008), pode ser concebida como um "dispositivo de segurança" que opera eficazmente em contextos de liberdade. Concluem que a educação está profundamente influenciada pelo crescimento econômico, inserida em um contexto de acumulação de capital.

O artigo **"Amarrações entre o currículo e as avaliações externas na América Latina: tramas, emaranhados e disputas neoliberais"**, de autoria **Juliana Fatima Serraglio Pasini** e **Juliana Franzi**, é uma produção que considera o relatório de *Análisis Curricular Regional Comparativo y Explicativo* (ERCE 2019), para refletir sobre as amarrações entre os temas do currículo e das avaliações externas nos países da América Latina, Argentina, Brasil e Paraguai. Identificaram que a UNESCO é um agente indutor para a implantação de ações e reformas educacionais tendo como central as políticas de resultados, a adesão a programas de avaliações externas internacionais e a criação de instrumentos nacionais que combinem o fornecimento de dados sobre o sistema educacional e favoreçam o monitoramento da "qualidade" da educação, mensurada pelo viés das avaliações. Em consequência, o currículo padronizado, desconsidera a pluralidade e a diversidade social e cultural dos países estudados. O Paraguai, todavia, apresenta contrapontos à padronização, especialmente ao atribuir lugar, em algumas escolas, aos saberes dos povos originários.

 ISSN: 1981-4682

No artigo **"As orientações de organismos internacionais, o currículo escolar e a pedagogia das competências: impactos, desafios e alternativas para uma educação integral e crítica"**, as autoras **Gislaine Buraki de Andrade, Silvana de Araújo Vaillões, Alessandra Tatiane Galvão Chiaretti** e **Francieli Aparecida Betiate** analisam o impacto das orientações de organismos internacionais sobre o currículo escolar ao longo das últimas três décadas. Ressaltam que a Unesco, o Banco Mundial e a OCDE promovem a pedagogia das competências, visando o alinhamento da educação às demandas de um mercado globalizado e pragmático. Expõem que a análise revela um processo de reformas curriculares impulsionadas pelos referidos organismos, com prioridade para os critérios de eficiência e padronização, muitas vezes, em detrimento de uma educação integral e emancipatória. Essa tendência é reforçada pela convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo reacionário, com a proposição de uma educação que não valoriza a diversidade, nem promove a inclusão social. Conclui-se que as políticas educacionais, para garantir uma formação crítica e integral que contrarie a lógica mercadológica dominante, precisa ser repensada.

No ensaio intitulado **"Desdobramentos do Programa Educar para valer e da política de avaliação em larga escala no município de João Pessoa- PB",** produzido por **Denise Xavier Torres, Gilvânia Oliveira de Carvalho Ribeiro** e **Renata Kalliane Menezes Alves**, são analisadas as avaliações em larga escala no Acordo de Cooperação entre a prefeitura municipal de João Pessoa/PB e no Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço do Programa Educar pra Valer. Tem como pergunta norteadora: como os direcionamentos dos Organismos Internacionais influenciaram nas políticas avaliativas no Brasil, em especial no município de João Pessoa/PB, a partir do Programa Educar pra Valer? Dos principais resultados salientam que a formação continuada desenvolvida pelo Programa Educar pra Valer, visa a melhoria dos indicadores educacionais e do desempenho da rede de ensino, baseada em avaliações em larga escala, como orientam os Organismos Internacionais. Conclui-se que as políticas avaliativas no município de João

Pessoa/PB foram consolidadas pelo Programa Educar pra Valer fundamentadas nos seus documentos norteadores.

As autoras **Isaura Monica Souza Zanardini** e **Janete Nunes Martins de Oliveira**, no ensaio intitulado **"Mecanismos de accountability e avaliação externa: o discurso dos organismos internacionais"**, apreendem a vinculação entre o acirramento na implantação de mecanismos de *accountability* pelos sistemas educacionais a partir da década de 1990 e as orientações advindas dos Organismos Internacionais. Analisam o conceito de *accountability* nos documentos do Banco Mundial (1996); da OREALC/UNESCO (2013) e da UNESCO (2015), constatando que as políticas de avaliação externa e de *accountability* a elas atreladas, colaboram para a construção do consenso em relação ao modelo educacional a ser implantado pelos diferentes países. Contemplam, assim, a aplicação de testes estandardizados como estratégia de *accountability*, à medida que possibilitam a prestação de contas dos investimentos na área por meio dos resultados alcançados, a responsabilização de docentes, via, políticas de "incentivos e justifica e constrói o consenso em relação à implantação pelo Estado de mecanismos e de responsabilização das instituições educadoras, sob a alegação de promover a qualidade educacional, comprovadamente precária pelos testes comparativos.

Ireni Marilene Zago Figueiredo, Márcia Cossetin e Karoline Marcely Deves são autoras do texto **"O Estado Avaliador e o centro de políticas públicas e avaliação da educação"**. Problematizam os sistemas estaduais de avaliação no Ensino Fundamental dos estados brasileiros, assessorados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Partem do pressuposto que o CAEd constitui um modo de fomento e consolidação de ações do Estado Avaliador nas Políticas de avaliação da educação básica no Brasil, com direta nas decisões pedagógicas e administrativas. Constatam que a expansão dos sistemas de avaliação em larga escala, nas 27 unidades federativas, apenas 2, Roraima (RR) e Rio de Janeiro (RJ), não possuíam o sistema assessorado pelo CAEd, explicitando o CAEd

como fomentador e consolidador da proeminência do Estado Avaliador, impactando nas políticas educacionais e nos processos de ensino e aprendizagem.

No artigo "**O potencial negado da avalição educacional na validação de diplomas estrangeiros de refugiados: informações da plataforma Carolina Bori, em Dourados-MS**", as autoras **Mary Ane de Souza, Giselle Cristina Martins Real e Anna Victoria Feitosa Marques** explicitam a (não) adoção da avaliação educacional como instrumento de política de validação de títulos estrangeiros para refugiados no Brasil, a partir de informações produzidas pela Plataforma Carolina Bori, das universidades públicas da região da Grande Dourados no Mato Grosso do Sul, mais especificamente a Universidade Estadual do Mato Grosso Do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no período de 2016 a 2023. Observam que o número de processos de validação de títulos cancelados é preponderante em relação aos processos deferidos, indeferidos e em tramitação. Diante dessa constatação, expõem a dificuldade para os processos de validação de títulos, particularmente de refugiados. Ponderam que embora seja difícil precisar o percentual de pedidos de pessoas refugiadas, pois este item não é respondido por todos os solicitantes na plataforma, tecem inferências, tendo como parâmetro os dados sobre a origem dos solicitantes. Sinalizam que as instituições não aproveitam a avaliação como procedimento de validação de títulos, mesmo com a previsão nas normas nacionais.

As autoras **Daniela Cunha Terto, Ilane Ferreira Cavalcante e Renata Lysia Sapucaí de Castro**, no artigo "**Organismos internacionais e as políticas educacionais: um estado do conhecimento**", analisam a influência dos Organismos Internacionais (OIs) nas políticas educacionais com a finalidade de demonstrar o caráter globalizado e evidenciar os elementos importantes dessa intervenção na promoção de políticas públicas que se interconectam, aumentando a perda de direitos da classe trabalhadora e a lucratividade dos detentores dos meios de acumulação do capital. Concluíram, que os conceitos de *capital humano, internacionalização* e *neoliberalismo*, constituem um arcabouço teórico da produção acadêmica analisada

no período de, evidenciando como os Organismos Internacionais estão à serviço de uma concepção de Estado e de mercado, visando a privatização do acesso a direitos, imprimindo anacronismo à ideia de que o Estado deve garantir os direitos básicos de todas as pessoas, além de tornar o trabalho o mais lucrativo possível para o capital, inclusive às custas do aumento da desigualdade social, mesmo que concomitante à diminuição da extrema pobreza.

No texto intitulado **"Padronização da educação na América Latina: organismos internacionais, políticas neoliberais e o impacto das avaliações em larga escala",** de autoria de **Fabiano Antonio dos Santos, Thiago de Jesus Esteves e Hellen Jaqueline Marques**, são apresentadas análises de como a UNESCO, o Banco Mundial e a (OCDE), nos documentos produzidos entre 1990 e 2019, influenciaram as políticas de avaliação externa em larga escala, visando reorientar a formação da força de trabalho nos países latino-americanos. Como resultado indicam que a transformação no discurso educacional compreendeu dois momentos: inicialmente, focalizado na expansão do acesso à educação primária para apoiar o crescimento econômico; posteriormente, enfatizado no desenvolvimento de uma força de trabalho flexível e adaptável às demandas da economia do conhecimento, com atenção a competências digitais, inovação e aprendizado contínuo. Além disso, os referidos Organismos Internacionais começaram a priorizar indicadores de desempenho e avaliações padronizadas como instrumentos para medir a eficácia das políticas educacionais, reforçando a vinculação entre educação, mercado de trabalho e competitividade econômica. Conclui-se que tal influência não se restringiu a recomendações técnicas, mas moldou agendas nacionais, estratégias de financiamento e prioridades educacionais, promovendo uma visão de educação orientada a resultados e empregabilidade.

O artigo **"Percurso e análise da avaliação da alfabetização no Brasil"**, produzido por **Mirian Souza da Silva e Mark Clark Assen de Carvalho,** discute-se o percurso e a aplicação da avaliação da alfabetização no Brasil, questionando: a partir de quando há inserção de uma avaliação externa ao final do ciclo da alfabetização e

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.36725

quais seus efeitos no contexto escolar? A resposta sinaliza que os programas federais de alfabetização têm inserido a avaliação externa como elemento primordial para o monitoramento das práticas de alfabetização e demais ações pedagógicas inerentes ao trabalho docente dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, o estudo revela a necessidade da formulação de políticas nacionais para o processo de alfabetização a longo prazo, com programas de Estado e não políticas de governo.

As autoras **Fernanda Hübner de Lima** e **Simone Sandri** discutem, no artigo intitulado **"Políticas curriculares e de avaliação para a educação infantil: considerações sobre a noção de aprendizagem precoce"**, a relação entre políticas curriculares e avaliação para a educação infantil, a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da noção de aprendizagem precoce, defendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Os principais resultados demonstram a aproximação da BNCC com as orientações internacionais, especialmente em relação a padronização curricular, com a intenção de ajustar os currículos escolares às avaliações em larga escala. Identifica-se essa tendência para a Educação Infantil, quando as orientações da OCDE são delineadas a partir da noção de aprendizagem precoce expressa no Baby PISA, cujo estímulo da padronização curricular e dos sistemas de avaliações sustentam-se sob o argumento de maior produtividade para economia do país e para vida econômica dos sujeitos.

No ensaio intitulado "**Regulação educacional: dimensões e interfaces com a avaliação externa**", a autora **Flávia Fernanda Santos Silva** ressalta que as transformações internacionais de ordem política, social e econômica, no final do século XX implicaram reformas de Estado que impactaram o campo educacional, alterando a regulação dos sistemas educacionais, impulsionadas pelas políticas de avaliação externa em diferentes países, com desdobramentos, em âmbito nacional, para os sistemas de educação e redes de ensino. Assim sendo, discute os processos regulatórios das políticas educacionais na conjuntura gerencialista da avaliação externa, pautada em mecanismos de controle e responsabilização nos sistemas

educacionais. Os resultados explicitam que as políticas de avaliação foram implementadas de forma diferenciada nos diferentes países, pois as especificidades locais terminam por incluir políticas próprias, com suas formas de avaliação externa e prestação de contas, com consequências mais ou menos expressivas para os sujeitos incluídos no processo. Todavia, também ocorreu determinada convergência no que se refere a um projeto de educação mundial hegemônico, que tem a avaliação dos sistemas educacionais como um importante eixo, o qual se expandiu, gradativamente, ao longo das últimas décadas.

No artigo **"Os professores Língua Portuguesa e sua atuação para o alcance de indicadores educacionais"**, as autoras **Karla de Oliveira Santos e Severina Moraes da Silva** apresentam os resultados da pesquisa realizada **com** docentes de Língua Portuguesa do 3° ano do Ensino Médio tem atuado para o alcance de indicadores educacionais, em uma escola pública estadual do município de Teotônio Vilela/AL. A problemática anunciada é: de que forma os professores de Língua Portuguesa têm atuado para alcançar indicadores educacionais como exigência e padrão de qualidade do ensino nas políticas educacionais? Os indicadores educacionais têm sido indutores de políticas, culminando com o estabelecimento de metas, estimulando a competitividade e responsabilizando os docentes pelos resultados nas avaliações em larga escala, em especial, os de Língua Portuguesa e Matemática. A análise dos dados da pesquisa permitiu uma crítica a uma qualidade da educação mensurável, além da pressão, cansaço, responsabilização por resultados e prestação de contas do trabalho docente, de acordo com os desempenhos dos estudantes nas avaliações externas.

No artigo **O Banco Mundial e o Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná: Qual o Projeto de Educação?**, as autoras **Fernanda Cristina Zimmermann Dorne, Michelle Fernandes Lima** analisam o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, especificamente os subcomponentes vinculados à educação: Avaliação, Formação de Professores e Renova Escola, desenvolvidos entre os anos de 2013 e 2019. Argumentam que o projeto educacional, promovido

pelo Banco Mundial, reflete a lógica empresarial ultraliberal, cuja manifestação compreende a intensificação de avaliações, a busca por eficiência e a responsabilização dos profissionais da educação por resultados. Dentre os resultados, sinalizam que a parceria firmada entre o Banco Mundial e os governos do Paraná reforça mecanismos de controle burocráticos e hierárquicos que comprometem a autonomia escolar e interditam a construção de um projeto educacional democrático. O Banco Mundial, no contexto analisado, contribui para a consolidação de uma política educacional voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades associadas à lógica de mercado, desconsiderando os princípios da educação como direito social e instrumento de emancipação.

No artigo **Proposições para o debate sobre a atuação do Grupo Banco Mundial na Educação da América Latina em Tempo de Globalização Neoliberal**, o autor **Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos** aborda questões sobre as tendências contemporâneas de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais na América Latina. Ao problematizar o conceito de globalização neoliberal, são evidenciados os atores supranacionais, com destaque para o Grupo Banco Mundial (BM), que participa com maior força da galvanização dessa lógica de produção hegemônica, a qual interfere, diretamente, na Educação. A reflexão defende que o BM, como organismo internacional que mais financia políticas públicas educacionais, quando comparado aos seus congêneres, apenas fortalece a lógica da globalização neoliberal em Educação, devido encontrar atores locais que aderem a defesa de sua lógica. Por isso, ao contrário de propor o esgotamento do debate, instiga para a necessidade de refletir sobre os movimentos na educação latino-americana do tempo presente.

Os artigos apresentados dialogam com as diferentes dimensões que envolvem a avaliação e qualidade da aprendizagem na América Latina e consideram, com base em análises críticas, as orientações dos organismos internacionais para a educação dos países latino-americanos. Com isso, esse dossiê apresenta contribuições para o debate sobre avaliação e qualidade, assim como explicita as relações de regulação,

 ISSN: 1981-4682

controle, responsabilização e prestação de contas que orientam as políticas de avaliação em larga escala, assim como, os estudos, apresentados nos artigos, indicam a predominância da perspectiva educacional voltada para resultados quantitativos, logo, a noção de qualidade da aprendizagem em evidência nas políticas de avaliação em larga escala e nas orientações dos organismos internacionais, está associada ao desempenho acadêmico dos estudantes nos testes padronizados e aplicados em grande escala.

Desejamos boa leitura!

Temas & Matizes, Cascavel, v. 19, n. 35. Especial2025. *Ahead of Print*. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste. DOI: 10.48075/rtm.v19i35.36725